



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **1500046-69.2018.8.26.0555 - 2018/002126**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, CF, BO, CF, BO, CF, BO - 2044313/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1417664 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2179/18/911 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2044313 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 2179/18/911 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 2044313 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 2179/18/911 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS**
 Réu: **BRUNO SILVA TAUBER CAMARGO NEVES**
 Data da Audiência: **23/11/2018**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **BRUNO SILVA TAUBER CAMARGO NEVES**, realizada no dia 23 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado da Defensora **DRA. VERIDIANA TREVIZAN PERA (OAB 335215/SP)**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **WILSON ORESTES FRIGIERI JÚNIOR, JEFERSON ANDRÉ DE LIMA CAVALCANTE e LISLEIDY AMANCIO**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa *(Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. BRUNO SILVA TAUBER CAMARGO NEVES**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com pena acima do mínimo legal e fixação de regime fechado. A defesa requereu o decreto absolutório ou, subsidiariamente, a desclassificação para o delito previsto no artigo 28 da Lei de Drogas. **É o relatório. DECIDO.** Ao ser interrogado nesta audiência, o réu admitiu que possuía 364 gramas de maconha e 0,6 gramas e cocaína. Todavia, alegou que tratavam-se de drogas para o seu consumo pessoal. Assim, resta saber sobre a destinação da droga. A grande quantidade de drogas é seguro fator indicativo neste caso, de sua destinação comercial. A diversidade, também. Some-se que não foram encontrados petrechos para fumar maconha, como por exemplo, papel de seda, normalmente usado para confeccionar os cigarros. Toma-se, também, como parâmetro, o ocorrido nos autos 6021-84.2016, que tramitou pela 3ª Vara Criminal, no qual o réu foi condenado por tráfico, por possuir quantidade de drogas muito semelhante a dos presentes autos. Assim, diante dos motivos acima alinhavados, tenho como bem demonstrado o tráfico, cuja materialidade está comprovada à fls. 19, 55 e 57. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Considerando a grande quantidade de drogas, fixo a pena base em 6 anos de reclusão e 600 dias-multa. O réu é reincidente específico, razão pela qual aumento a pena de 1/4, perfazendo o total de 07 anos e 06 meses de reclusão e 750 dias-multa. Devido à reincidência específica e à quantidade de drogas, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **Permanecem inalterados os motivos ensejadores da prisão preventiva. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra.** Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

na denúncia condenando-se o réu **BRUNO SILVA TAUBER CAMARGO NEVES** à pena de 07 anos e 06 meses de reclusão em regime fechado e 750 dias-multa, por infração ao artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensora: